
COMITÊ DAS BACIAS DO ALTO IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO RIBEIRA

CÂMARA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO - CT PLAN

Grupo de Trabalho – Plano de Segurança da Água

ATA DA 4ª REUNIÃO

Data: 25 de outubro de 2012

Local: Centro de Treinamento – Sala Miringuava - SANEPAR

PARTICIPANTES:

- Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR: Ester Amélia Assis Mendes (esteram@sanepar.com.br)
- Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR: Luciano Rodrigues Penido (lpenido@sanepar.com.br)
- Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR: Cláudia R. R. Vitola (claudiav@sanepar.com.br)
- Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR: Carlos Eduardo Pierin (cpierin@sanepar.com.br)
- Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR: Ane Luiza R. de Carvalho (anelrc@sanepar.com.br)
- Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR: Christiane Paola Renzi (christianepr@sanepar.com.br)
- Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR: Fernando Massardo (fernandom@sanepar.com.br)
- COMEC: Maria Luiza M. Araujo (malu@comec.pr.gov.br)
- DER: Miriam de Oliveira (miriamdeoliveira@der.pr.gov.br)
- Instituto Ambiental do Paraná – IAP: Rosana G. N. Loyola (rosana@iap.pr.gov.br)
- SESA – Departamento de Vigilância Ambiental: José Luiz Nishihara Pinto (nishihara@sesa.pr.gov.br)
- SESA-SVS: Celso José Luiz Rubio (celsorubio@sesa.pr.gov.br)
- UFPR (Mestranda): Clarissa Sékula (sekula.clarissa@yahoo.com.br)
- Ministério da Saúde – MS: Mariely Daniel (mariely.daniel@saude.gov.br)
- Prefeitura de Curitiba / SMS Vigiágua – Lúcia Isabel de Araújo (luaraujo@sms.curitiba.pr.gov.br)
- Prefeitura de Campo Magro – Patrícia Maciel (ticiamaciel@gmail.com)
- Prefeitura de Campo Magro – Sérgio Luiz Cambri (scambri@gmail.com)
- Prefeitura de Campo Largo, SMMA – Gabriele Lohmann (gabriele@campolargo.pr.gov.br)
- UTFPR: Stella Maris da Cruz Bezerra (sbezerra@utfpr.edu.br)

RELATORIA:

- Ester Amélia Assis Mendes Sanepar - (esteram@sanepar.com.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 9:00 horas do dia 25 de outubro de 2012, no Centro de Treinamento da SANEPAR, Sala Miringuava, Rua Eng. Rebouças, 1376, teve início à 4ª Reunião do Grupo de Trabalho do Plano de Segurança da Água, instituído dentro da Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano – CT-Plan. Ester Mendes fez a abertura da reunião, e consulta a assembléia sobre a Ata da 3ª Reunião Ordinária, a qual foi aprovada sem alterações. Os trabalhos iniciaram com a apresentação do Pierin sobre a aplicação do PSA pela Sabesp conforme a metodologia da Water Safety Plan. Seguindo o manual, a Sabesp realizou as seguintes atividades: seleção da ETA (ETA Vargem), montagem da equipe (garantia da qualidade, montagem do sistema), descrição do sistema, diagrama de fluxo e descrição dos eventos perigosos. Aqui está a grande diferença em trabalhar com o comitê: como a Sabesp não está inserida em comitê, não tem como fazer todo o levantamento, identificação dos perigos e avaliação dos riscos: assim, na área da captação, pressupõe os riscos: descarga industrial, ou seja, trata de forma geral ou baseada na literatura. Neste contexto mencionou que “o piloto do PSA requer interação interinstitucional, do contrário, vai se ater às 4 paredes das empresas de saneamento.” Como medidas de controle, a Sabesp prevê ações corretivas como: recuperação da mata ciliar, perfuração de poços e desassoreamento. A conclusão é que sem a participação da sociedade não vai se conseguir muita coisa. Em São Paulo tramita um projeto de lei, com mais de 50 artigos, determinando que cada setor assuma suas responsabilidades, dentro de suas competências, em relação ao PSA. É importante frisar que, sem esta interação, a empresa de saneamento não terá como implantar o plano de segurança da água. Agenor Zarpelon comentou sobre o material solicitado aos outros órgãos do estado, referente aos empreendimentos dentro da bacia, e que ainda não retornou, sendo necessário a obtenção de dados de campo. Fernanda de Campo Magro informou que foi encaminhado o cadastro de alvarás (maior parte está dentro do Passaúna), e que não sabe dizer o que ainda está ativo. Stella Bezerra da UTFPR não compreende porque existe esta dificuldade na obtenção dos dados, pois a princípio foi falado que estariam disponíveis. Luciano Penido explicou que uma das dificuldades foi a negativa em utilizar o cadastro comercial da Sanepar, em razão da confidencialidade dos dados dos usuários. Por esta experiência mencionou que é necessário dar o caráter oficial ao projeto do PSA. Lúcia Isabel também entende que os dados a ser disponibilizados pela secretaria de saúde de Curitiba também serão obtidos de forma a oficializar a solicitação, tendo em vista que se faz necessário sua manipulação e organização a fim de atender a área de abrangência de Bacia do Passaúna (projeto piloto). Pierin comentou que os outros órgãos/ministérios, como comentado no Simpósio de Reuso da Água realizado pela ABES recentemente em Curitiba, não têm conhecimento do desenvolvimento do projeto piloto do PSA no COALIAR. É consenso no grupo que o Ministério da Saúde deve tornar oficial a realização do PSA no Paraná. Agenor lembra que a implantação do PSA é uma exigência legal, e que foi feito uma moção ao Ministério da Saúde pela Aesbe, Semae e Abicon referente a um adendo à Portaria 2914/2011. Mariely Daniel disse que recebeu o documento, porém não conseguiu acessar porque o documento estava desformatado. Para 2013 o Ministério da Saúde prepara um evento do PSA, o que auxiliará em sua divulgação. Como a Comec comentou, tem que ser oficial, e que mobilize a todos. Mariely: é hora de encaminhar ofício informando sobre o PSA. José Luiz Nishihara Pinto disse que requer um documento de âmbito estadual assinado pelo Governador. Stella sugeriu que seria um ofício encaminhado a cada órgão: “é

um piloto, importante, por que motivos, para qual finalidade”. José Luiz disse que o COALIAR tem esse papel e deveria estar tomando a iniciativa. Maria Luiza Araújo lembrou que existe a Lei 8935/89 de produtos proibidos no Estado e que foi instituído um Grupo de Trabalho formado por técnicos do IAP, COMEC, Instituto das Águas e SANEPAR, que será responsável pela revisão dessa Lei, com uma nova lista (enxuta, com novas tecnologias), com previsão de sua conclusão em aproximadamente 4 meses. Deverá resultar em uma nova legislação que será aplicada a todas as bacias do Estado. Ester Mendes disse que poderemos usar essa lista e trabalhar na questão dos removíveis ou não pelo tratamento. Lúcia Isabel comentou que é necessário lembrar de verificar a presença de funerárias (tanatopraxia), lembrou que o formol está no ciclo de esterilização de alguns tipos de autoclave. José Luiz considerou que a lista de atividades é importante ao meio ambiente, nossa região é altamente impactada por oficinas mecânicas e postos de gasolina. Não é só questão do que pode ou não ser removido, mas o que não queremos na água. Agenor sugeriu que seja verificado no zoneamento da Apa do Passaúna, quais produtos são admitidos. Maria Luiza disse que o contido no zoneamento é oficial. Em seguida Christiane Paola e Agenor apresentaram a metodologia adotada pela Sanepar denominada RANC – Relatório de Ações sobre as Não Conformidades, o qual é um instrumento que aponta as causas/anomalias e apresenta as ações corretivas sobre as não conformidades em relação à qualidade da água distribuída. Analisa 239.000 parâmetros por mês sendo 200 a 300 não-conformes (turbidez, microorganismos), 99,87% conforme a Portaria, sendo considerado o melhor índice nacional de não conformidades, ou seja, de 0,12 a 0,13%. Mariely comentou que a Sanepar realiza mais análises do que a Portaria determina. Christiane mencionou que a Sanepar tem hoje 23 unidades operacionais, sendo 03 na Região Metropolitana de Curitiba, 20 no interior do Estado e, como suporte ao RANC tem as normas internas IT/OPE/1563: laboratório identifica a não conformidade, IT/OPE/1729: dá um tratamento, IT/OPE/1727: unidade operacional executa as correções. Este sistema permite ainda rastreabilidade do problema e implementar planos de ação. A Sanepar atua de modo preventivo. Ex.: Para evitar algas, a captação do Passaúna possui 03 níveis de tomada d’água. O primeiro à 2m, o segundo à 8m, e o terceiro à 16m. A análise microbiológica sempre vem acompanhada de uma análise de cloro. As bombas da captação do Passaúna estão situadas no fundo, em um abrigo de concreto. Estão sujeitas as inundações, o que ocorreu em 1986. Pierin: os agrotóxicos são analisados na captação, e se estiverem presentes ali, então é procedida análise na saída da ETA. Mudamos a semestralidade das análises de agrotóxicos, adequando-as ao calendário agrícola, daí se passa a identificar os problemas. Lúcia Isabel esclareceu que a Saúde de Curitiba faz análises de vigilância na rede. Na seqüência Luciano da Sanepar fez a apresentação da proposta do cadastro das atividades possíveis na bacia, onde ele utilizou a relação do CNAE - Cadastro Nacional de Atividades Empresariais, com o objetivo de torná-la mais abrangente possível. Ele reforçou que se deve realizar um esforço coletivo a fim de identificar os elementos que interferem na qualidade da água, ou que não são eliminados pelo tratamento. Das discussões ficou acordado as seguintes ações: 1- Articulação com o Ministério Público de São Paulo para apresentação das diretrizes do PSA nacional; 2- Elaboração do texto referente ao piloto na bacia do Passaúna com o objetivo de disponibilizar no site do Ministério da Saúde e encaminhamento por mala direta; 3- Ministério da Saúde encaminha ofício ao COALIAR, e às demais instituições do Estado, solicitando implantação do PSA.; 4- Ministério da Saúde encaminha ofício a Secretaria de Saúde do Estado solicitando divulgação no âmbito municipal; 5- Divulgação no CONAS - Conselho Nacional dos Secretários de Saúde; 6-

Aplicação dos dados do Sistema Siagro à bacia do Passaúna; 7- Encaminhar ao grupo a planilha de atividades para análise referente aos produtos removíveis ou não no tratamento. Não havendo mais dúvidas ou contribuições, deu-se por encerrada a reunião.

Curitiba, 25 de outubro de 2012.

Ester Amélia Assis Mendes
Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar